

# Sumário

Número de notícias: 18 | Número de veículos: 11

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Tombo da arrecadação põe em xeque promessa de deficit zero - MERCADO S/A.....3

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Carf mira casos de alto valor em 2024.....5

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Alckmin veta trecho de texto sobre garantias; empresários criticam.....6

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Arrecadação federal cai pelo 3º mês seguido; empresas puxam queda.....7

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

"Chegaremos a um pequeno superávit fiscal só em 2030".....8

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Obstáculos ao arcabouço.....10

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Renan propõe multa de 90% na repatriação de bens. Fazenda pedia mais.....12

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Ministério da Saúde volta atrás e deixará de exigir IR sobre compras de medicamentos  
.....14

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Vetos ao projeto de lei são retrocesso, diz relator.....16

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

INSS: governo espera economizar R\$ 92 bi com pente-fino em benefícios até 2026.....17

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA  
SERVIDOR PÚBLICO

Projeto de aumento de ICMS tem reviravolta.....18

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Novo Rota 2030 deixa para depois imposto sobre carros elétricos.....20

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Paraguai segura impostos para criar cem mil vagas.....22

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Paraguai quer 100 mil empregos na fronteira com Brasil.....24

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES  
REFORMA TRIBUTÁRIA

O comedimento do Banco Central (Editorial) .....	25
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
BC se alinha a Haddad para conter gastos .....	26
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Ibre eleva projeção do PIB no ano, mas cenário preocupa .....	27
VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO ECONOMIA	
Em meio a incertezas, Copom mantém corte gradual de juros (Editorial) .....	29

# Tombo da arrecadação põe em xeque promessa de deficit zero - MERCADO S/A

AMAURI SEGALLA

2030

Ninguém do mercado financeiro, nem mesmo os economistas conhecidos pelo mau humor, esperava por um tombo tão feio da arrecadação em agosto. De acordo com dados da **Receita Federal**, o recolhimento de **impostos**, contribuições e demais receitas teve queda real (depois de descontada a **inflação**) de 4,1% em agosto versus o mesmo período do ano passado. Foi o terceiro recuo consecutivo do indicador. Mais do que um resultado isolado, os números indicam uma tendência negativa, o que poderá atingir em cheio os objetivos fiscais do governo. Na verdade, quase ninguém acredita mais na possibilidade de deficit zero em 2024. Com o declínio da arrecadação e a pouca disposição do presidente Lula para cortar gastos, como será possível obter os R\$ 160 bilhões em receitas extras que eliminariam o deficit orçamentário? Não é preciso fazer muito esforço para entender que a proposta da equipe econômica é uma fantasia.

Lojas fechadas e funcionários demitidos: o triste fim da Saraiva

Embora não seja surpresa para ninguém - a empresa, afinal, vive severa crise há mais de uma década -, é triste observar o processo de declínio da Saraiva, a mais tradicional rede de livrarias do Brasil, com 109 anos de história. Nesta semana, as cinco lojas físicas remanescentes foram fechadas, e é certo que jamais voltarão a funcionar. Além disso, os últimos 180 funcionários da companhia foram demitidos. A Saraiva está em recuperação judicial desde 2018, com dívidas estimadas em R\$ 657 milhões.

**Reforma tributária** não resolverá por completo nó de **impostos**

O nó tributário brasileiro gera situações insustentáveis. Um estudo recente feito pelo Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT) constatou que 95% das empresas brasileiras pagam mais **impostos** do que deveriam. A **reforma tributária** trará alívio para esse cenário, mas não resolve tudo. Segundo Douglas Campanini, sócio da Athros Auditoria e Consultoria, mesmo com a extinção do sistema atual, as companhias deverão seguir em busca de recuperação de **tributos** recolhidos indevidamente.

Mercado global de cosméticos dobrará de tamanho até

Se fosse preciso apontar qual será o grande negócio do futuro, certamente a maioria das pessoas indicaria algum ramo ligado à tecnologia. Pois bem: um setor da velha guarda apresenta ótimas perspectivas. Segundo estudo realizado pela L'Oréal, o mercado global de produtos de beleza dobrará de tamanho até 2030, chegando a quase meio trilhão de dólares. Isso se deve, sobretudo, ao crescimento da classe média, que dispõe de recursos para comprar itens mais caros.

Rapidinhas » A fabricante de chocolates Harald, que faz parte da holding japonesa Fuji Oil, vai investir R\$ 200 milhões em uma nova unidade em Santana do Parnaíba, no interior de São Paulo. A empresa vive bom momento no mercado brasileiro. No ano passado, faturou R\$ 1,5 bilhão no país, e a expectativa é de crescer 10% em 2023.

» A CCR Aeroportos fez decolar o plano de investir R\$ 1,8 bilhão em reformas de 15 aeroportos brasileiros que estão sob sua administração. Neste mês, a empresa iniciou as obras de melhoria no Aeroporto Internacional de Foz do Iguaçu, orçadas em R\$ 270 milhões. Uma das intervenções será a construção de três novos pátios de aeronaves.

» O crescimento da indústria brasileira de investimentos impulsiona diversas atividades profissionais. Entre julho de 2022 e julho de 2023, a rede de assessores da XP cresceu 25%, chegando a 14 mil profissionais. São Paulo e Rio de Janeiro foram os estados que mais ampliaram o número de vagas, que avançaram 32%.

» É o fim de uma era: o bilionário australiano Rupert Murdoch vai deixar a presidência da Fox Corporation, controladora dos canais Fox e Fox News, e da News Corporation, dona dos jornais The Wall Street Journal e The Sun, entre outros. Um dos maiores magnatas de mídia da história decidiu se aposentar aos 92 anos. Ele será substituído pelo filho.

"Você teve medo da internet? Eu nunca tive. Por isso não devemos **temer** a Inteligência Artificial" Jack Ma, fundador do conglomerado de comércio eletrônico Alibaba

R\$ 12,9 bilhões foi quanto a Klabin, maior produtora

de papéis para embalagem do Brasil, investiu no Projeto Puma II, em Ortigueira, no Paraná. É o maior aporte feito pela empresa em 124 anos de história da companhia

**Site:**

**<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/09/22/all.pdf>**

# Carf mira casos de alto valor em 2024

**ADRIANA FERNANDES MARIANA CARNEIRO BRASÍLIA**

O presidente em exercício Geraldo Alckmin sancionou ontem com vetos a lei que estabelece o retorno do chamado voto de qualidade (espécie de voto de Minerva) nos julgamentos do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, onde é possível recorrer de autuações da **Receita Federal**.

Com a medida, que dá mais poder à União, a equipe econômica estima arrecadar até R\$ 54,7 bilhões extras - o equivalente a um terço dos R\$ 168 bilhões de aumento de receita que o governo precisa, até o fim de 2024, para alcançar a meta de zerar o déficit nas contas públicas.

O presidente do órgão, Carlos Higinio Ribeiro de Alencar, afirmou ao Estadão que a previsão será obtida "com tranquilidade".

Até o fim de 2024, Higinio projetou ser possível julgar pelo menos a metade do valor total em disputa no **Carf** (de R\$ 1,140 trilhão), e se comprometeu a analisar casos que somam R\$ 550 bilhões num prazo de um ano. A ideia é fazer um esforço concentrado nos julgamentos de processos que envolvam altos valores monetários.

"Se a gente julgar metade do estoque, se julgarmos R\$ 600 bilhões, a gente chega nesse valor (de R\$ 54,7 bilhões). É impossível julgar? Não é impossível, porque tem muitos processos de alto valor", afirmou Higinio.

"Por uma regra do **Carf** que eu não inventei, que não foi mudada agora e que já existe, os processos de maior valor serão julgados, eles são prioritários. Então, acredito que a gente vai atingir com tranquilidade, mas com muito trabalho, a meta de julgamentos." Especialistas contestam o cenário desenhado pelo governo.

Para o tributarista Luiz Bichara, a previsão oficial de arrecadação é "de uma ingenuidade comovente". "É evidente que, sucumbindo com base no novo voto de qualidade, os contribuintes vão judicializar as questões. São inúmeros os exemplos de matérias em que os contribuintes perdem no **Carf**, mas vencem as teses no Judiciário", argumentou ele.

A discussão sobre a atual mudança nas regras provocou um represamento nos julgamentos do **Carf**. Grandes contribuintes e o governo pediram para adiar

processos de alto valor até que fosse concluída a tramitação da lei.

Segundo Higinio, a nova lei garante um estímulo para as empresas encerrarem a disputa, nos casos de empate, com desconto de 100% em juros e multa. A estimativa é de que, em casos que se arrastam há anos, o valor de multas e juros já supera o da causa inicial. "Antigamente, não havia incentivo (para quitar), só havia incentivo para postergar. Se eu perdi, vou para a Justiça e continuo adiando o pagamento. Agora, o degrau é violento."

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# Alckmin veta trecho de texto sobre garantias; empresários criticam

**ADRIANA FERNANDES MARIANA CARNEIRO BRASÍLIA**

Ao sancionar a lei que restabelece o voto de qualidade no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, o presidente em exercício Geraldo Alckmin vetou 15 pontos que constavam do texto aprovado no Congresso. O principal deles diz respeito à antecipação de garantias em caso de derrota em segunda instância das empresas que questionarem o valor pago em **tributos**.

Uma inovação inserida pelos parlamentares havia proibido a antecipação das garantias até a conclusão do julgamento em todas as instâncias. Alckmin vetou o trecho, restringindo a não exigência apenas às empresas que tiverem empatado no **Carf**, o tribunal administrativo onde é possível recorrer de autuações da Receita.

Segundo Andréa Mascitto, sócia do escritório Pinheiro Neto Advogados, a liquidação antecipada gera custos para empresas e bancos que oferecem como garantia fiança bancária ou seguro-fiança. A inovação retiraria o custo dessas empresas.

Um dos negociadores pelo setor privado da lei que modificou o **Carf**, o presidente do conselho de administração do Grupo Esfera, João Camargo, afirma que o veto ao fim da liquidação antecipada já provocou reação negativa das empresas, e pondera que isso não havia sido negociado com o governo.

"Em todos os meus grupos de WhatsApp, há reação negativa, de que Haddad (Fernando Haddad, ministro da Fazenda) não cumpriu a promessa de não vetar", afirma. "Haddad cumpriu o que ele combinou com a Esfera, a OAB e Abrasca à risca." **BALANÇO**. Com a sanção da nova lei que regula o **Carf**, a atenção se volta agora para a movimentação das empresas com grandes disputas no tribunal.

Para João Camargo, as empresas que carregam passivos gigantescos vão aderir à lei. Segundo ele, as grandes companhias que integram o Esfera vão querer o quanto antes "limpar o balanço". Para o empresário, "ninguém aguenta mais carregar" esse passivo no balanço, o que diminui o rating (nota de crédito) da companhia, além da facilidade de contrair empréstimos.

A Petrobras está no topo da lista de empresas com os maiores valores pendentes no colegiado, de acordo com levantamento feito em julho pela equipe do Itaú BBA, comandada pelo economista Marcelo Sá, com base em dados de janeiro de 2023. A estatal tem em disputa R\$ 34,48 bilhões.

Como mostrou o Estadão, a estatal está negociando com o Ministério da Fazenda um acordo para aderir à lei do **Carf** nos casos em que julgar que perderá na Justiça. O próprio ministro da Fazenda já disse que boa parte da arrecadação do **Carf** virá de processos envolvendo a estatal.

O presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, negou que um acordo esteja sendo costurado, mas pessoas que trabalham na empresa reconhecem que as conversas estão acontecendo, ainda que haja divergências sobre a responsabilidade da companhia nesses processos

"Em todos os meus grupos de WhatsApp, há reação negativa, de que Haddad não cumpriu a promessa de não vetar.

Haddad cumpriu o que ele combinou à risca" João Camargo Presidente do conselho do Grupo Esfera

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# Arrecadação federal cai pelo 3º mês seguido; empresas puxam queda

**EDUARDO RODRIGUES FERNANDA TRISOTTO**  
**BRASÍLIA**

Seguindo a trajetória de desaceleração dos últimos meses, a arrecadação de **impostos** e contribuições federais somou R\$ 172,785 bilhões em agosto.

O resultado representa uma queda real (descontada a **inflação**) de 4,14% na comparação com o mesmo período do ano passado - quando o recolhimento de **tributos** somou R\$ 172,314 bilhões, em termos nominais.

Foi o terceiro mês consecutivo de queda na arrecadação.

Em relação a julho deste ano, a arrecadação desabou 14,59%. De acordo com a série histórica da Receita, esse é o pior resultado para agosto desde 2021, quando a arrecadação somou R\$ 155,3 bilhões, em termos reais. De janeiro a agosto de 2023, a arrecadação federal somou R\$ 1,517 trilhão.

Mesmo com a retração real de agosto, o volume ainda é o segundo melhor para o período na série histórica, iniciada em 1995, em valores corrigidos pelo IPCA. O montante representa queda real de 0,83% na comparação com os primeiros oito meses de 2022.

A desaceleração do recolhimento de **impostos** pelas empresas tem colocado os técnicos da **Receita Federal** em alerta. Como antecipou o Estadão, os números divulgados ontem confirmam um cenário ainda mais desafiador para o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que se comprometeu a zerar o rombo das contas públicas em 2024 e, para isso, precisa arrecadar R\$ 168 bilhões em receitas extras.

COMPANHIAS. O chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da **Receita Federal**, Claudemir Malaquias, avaliou que, após um ano de arrecadação recorde ao longo dos meses de 2022, os **tributos** ligados às empresas estão puxando para baixo o desempenho da arrecadação em 2023. O recolhimento de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) caiu 23,30% na comparação de agosto deste ano com o mesmo mês de 2022.

Os dois **tributos** tiveram um recolhimento menor em

R\$ 8,568 bilhões neste ano, com quedas mais relevantes nos balanços mensais e trimestrais, ainda que tenha havido um pequeno avanço na arrecadação das empresas que optam pelo modelo de lucro presumido.

"Em agosto de 2022, tivemos receita de R\$ 5 bilhões com recolhimentos atípicos de IRPJ e CSLL, o que não aconteceu neste ano", destacou Malaquias.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# "Chegaremos a um pequeno superávit fiscal só em 2030"

**LUCIANA DYNIEWICZ**

ENTREVISTA: Vilma Pinto, Graduada pela UERJ, tem mestrado em Finanças e Economia Empresarial pela FGV; é especialista em finanças públicas

Diretora da Instituição Fiscal Independente (IFI), do Senado, Vilma Pinto afirma que o cenário mais provável para a situação fiscal futura do País é uma redução dos gastos públicos decorrente do fato de o governo não cumprir a meta de zerar o déficit em 2024. Nesse caso, incentivos tributários e criação de cargos que impliquem crescimento de despesas, por exemplo, seriam proibidos em 2025. "O caminho mais provável é que o governo anuncie que não cumpriu a meta e acione os gatilhos para 2025." Vilma projeta que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva terminará seu mandato, em 2026, com o País registrando déficit de 0,4% do **PIB**. Um resultado fiscal positivo, de 0,1% do **PIB**, só deve ocorrer em 2030, estima. A seguir, os principais trechos da entrevista, que dá continuidade à série iniciada no domingo sobre os desafios das contas públicas.

Como avalia a situação fiscal do País?

Até o ano passado, a gente vinha observando melhora nos indicadores fiscais. Agora, a situação é inversa. No ano passado, o resultado primário do governo foi superavitário pela primeira vez desde 2014. Houve uma mudança na trajetória de crescimento das despesas e também vínhamos tendo melhora gradual nas receitas. No ano passado, teve um superávit influenciado por fatores como choque de commodities que influenciaram as receitas do governo positivamente.

Somado a isso, a gente observa, na gestão passada, alguns itens importantes de postergação de gastos. Por exemplo, a PEC dos Precatórios, que afetou positivamente a despesa no curto prazo, mas contratou um déficit fiscal para 2027.

Qual o cenário de 2023?

Neste ano, a gente observa uma reversão que tem origem na emenda da transição. Nela, o governo aprovou mais um waver (perdão) para o teto de gastos. O waver deveria ser uma permissão para gasto temporário do governo.

Mas foram ampliados gastos que geram impactos para os anos seguintes, como a manutenção do Bolsa Família em R\$ 600. Não estou entrando no mérito dessa expansão, mas esse aumento criado de forma temporária para 2023 gera impactos futuros. O novo arcabouço fiscal considera esse aumento e, por isso, as despesas começam já de um nível maior. Esse aumento gera desconfiância em relação à expansão do déficit fiscal e ao aumento da relação dívida/ **PIB** a níveis insustentáveis.

Como vê a meta?

Considerando os parâmetros existentes, as medidas que já foram aprovadas (para aumentar a arrecadação) e o novo patamar de gastos primários, o País não chega a esse déficit zero no ano que vem. A projeção é de déficit de 1%, e provavelmente, para frente, o governo também vai encontrar dificuldade. O governo encaminhou um Orçamento que precisava estar condicionado às diretrizes do PLDO (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias).

O que está na PLDO é que a meta de 2024 é zero. Então, ele não poderia encaminhar o Orçamento prevendo uma meta menor do que essa. Aquela peça orçamentária é o reconhecimento do governo de que o cenário não é compatível com isso. O Orçamento tem cerca de R\$ 400 bilhões de despesas condicionadas (não obrigatórias). Tem uma série de propostas (para elevar a arrecadação) que dependem de aprovação do Congresso e que somam R\$ 168,5 bilhões. O governo conseguirá chegar ao déficit zero se todas as medidas que está anunciando forem aprovadas na forma como estão ali, e se os valores projetados forem realizados nessa mesma magnitude. É um cenário muito incerto.

Das medidas anunciadas, quanto acha factível conseguir?

Dos R\$ 168,5 bilhões de medidas adicionais, estamos considerando R\$ 51,9 bilhões. Boa parte das frustrações está relacionada à questão do **Carf** (projeto que dá ao governo a palavra final em litígios tributários que estejam empatados no julgamento do conselho de recursos fiscais). Pode ter resistência também para a aprovação (do aumento da tributação) dos fundos fechados nos moldes do que o governo está anunciando.

O que pode ser feito para melhorar o quadro fiscal?

Acho que é positivo o governo se comprometer com a sustentabilidade das contas públicas. Não precisava se comprometer com um déficit fiscal zero já no ano que vem sem ter base para isso.

Por conta desse imediatismo, todo o ajuste ficou concentrado nas receitas. Mesmo o governo aprovando as medidas que está anunciando, não vai conseguir chegar a esse volume de recursos.

O caminho mais provável é que o governo anuncie que não cumpriu a meta, acione os gatilhos para 2025 e tente se comprometer ou adotar medidas que melhorem esse perfil. Nesse caso, haveria um impedimento para o aumento de algumas despesas, como proibição de incentivos tributários e de criação de cargos que resultem em crescimento de despesas.

O governo pode terminar com melhora nos números fiscais?

Nosso cenário de médio prazo, até 2032, é de que o resultado chegaria a um superávit. O que acontece é que é um superávit abaixo do necessário para estabilizar a dívida pública. Devemos chegar a um pequeno superávit em 2030 de 0,1% do **PIB**, sendo que o primário necessário para estabilizar a relação dívida/**PIB** é de superávit de 1,3% do **PIB**.

Qual a projeção para o resultado primário para o último ano do governo?

Um déficit de 0,4%.

**Notícias Relacionadas:**

O ESTADO DE S. PAULO  
"Chegaremos a um pequeno superávit fiscal só em 2030"

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# Obstáculos ao arcabouço

**VICTORIA ABEL E RENAN MONTEIRO**

Um dia depois de o Banco Central (BC) alertar o governo para ser "firme na persecução" das metas fiscais, a **Receita Federal** informou que a arrecadação em agosto ficou em R\$ 172,8 bilhões, o que significa uma queda real (descontada a **inflação**) de 4,14% sobre o mesmo mês de 2022.

Foi a terceira redução mensal consecutiva. No acumulado do ano, a arrecadação somou R\$ 1,51 trilhão, recuo de 0,8% em termos reais. Os dados têm preocupado especialistas e o mercado financeiro porque o ajuste fiscal proposto pelo Ministério da Fazenda - que prometeu zerar o déficit primário (receita menos despesa antes do pagamento dos juros da dívida) no ano que vem - depende justamente do aumento de receitas.

Na Câmara, quatro projetos enviados pelo Executivo visando ao crescimento da arrecadação ainda aguardam a designação de relatores e não começaram a ser analisados. Ontem, após um almoço com o presidente do BC, Roberto Campos Neto, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que espera pela aprovação das medidas: -Com apoio do Congresso, tenho certeza de que vamos continuar avançando, no sentido correto, de não aprovar novas despesas, não aprovar novas desonerações, e fazer o que precisa ser feito para corrigir as distorções tributárias.

A corrida do governo para reequilibrar as contas públicas terá uma série de obstáculos, concentrada em outubro. Segundo o deputado Danilo Forte (União-CE), relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), as medidas de arrecadação precisam ser aprovadas até o início de novembro para que a meta de déficit zero conste no seu relatório.

Na Câmara, os projetos cruciais são a medida provisória (MP) do ICMS; a MP que taxa os fundos exclusivos; o projeto de lei (PL) de taxação das offshores; e a proposta que acaba com a dedução de **impostos** para ganhos com juros sobre capital próprio (JCP).

A MP da subvenção de ICMS institui a cobrança de **impostos** federais sobre incentivos fiscais dados por governadores por meio de ICMS. A estimativa de ganho é de R\$ 35 bilhões. Por ser MP, a proposta já está em vigor e vence no dia 29 de outubro. Aliados do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), no

entanto, afirmam que será necessário que a Fazenda envie um projeto de lei com regime de urgência e que a MP não será analisada. A tramitação de um PL dá mais poder à Câmara, já que o texto começa a ser analisado pelos deputados e não por uma comissão mista, de deputados e senadores. Mas, na prática, se a proposta está com urgência, a mudança não atrasa o processo, já que se dá um prazo de 45 dias para votação do texto, com o trancamento da pauta do plenário.

-Acho que tem ambiente para tramitação rápida e vamos trabalhar para isso. A receita precisa aumentar, e a Câmara tem tido responsabilidade - disse o líder do PSB, o governista Felipe Carreras (PE).

A MP que taxa os investimentos em fundos exclusivos, com previsão de arrecadação de R\$ 13,2 bilhões, deve ter o texto anexado ao projeto de lei que também taxa os fundos offshore, fora do país. O projeto das offshores tem regime de urgência e precisa ser analisado até 14 de outubro. A previsão de arrecadação é de R\$ 7 bilhões.

O tema tem o aval de Lira, mas com modificações que devem ser feitas pelo futuro relator, como uma redução de 10% para 6% na cobrança de bens que estão no exterior.

A maior dificuldade para o governo na Câmara deve ocorrer com o PL que acaba com a dedução de **impostos** para ganhos com juros sobre capital próprio. O projeto teve a urgência retirada pelo governo e, portanto, os deputados não precisarão ter pressa para analisá-lo. Se aprovado, o ganho para o governo poderia chegar a R\$ 10 bilhões.

No Senado, os projetos com potencial de gerar receita são o que taxa as empresas de apostas on-line e o que abre novo período para repatriação de bens no exterior. O primeiro pode gerar até R\$ 1,6 bilhão, já o segundo tem potencial de arrecadar até R\$ 45 bilhões para o governo. As propostas estão na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado.

Para a diretora da Instituição Fiscal Independente do Senado (IFI), Vilma Pinto, a arrecadação é crucial para a meta.

-Quando projetamos o teto e as despesas para o ano que vem, observamos que essa conta do déficit zero não fecha sem essas medidas adicionais.

LUZ AMARELA A queda das receitas federais nos meses de junho, julho e agosto tem aumentado as preocupações sobre a estratégia adotada pela Fazenda. O chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da **Receita Federal**, Claudemir Malaquias, apontou, ao divulgar os números de agosto, que as reduções refletem a desaceleração da economia no segundo semestre, além de uma base de comparação alta com 2022.

-Nas avaliações anteriores, já estávamos presumindo que o setor de commodities, que foi responsável por puxar a arrecadação para cima no ano anterior, até o fim do ano não deverá ter o mesmo desempenho - afirmou.

Malaquias diz que é cedo para afirmar que as propostas não terão resultado: - As medidas devem ter aplicação em 2024. Não há correlação entre o desempenho da arrecadação de janeiro a agosto e essas propostas.

Apesar disso, o mercado financeiro tem visto os dados com desconfiança.

"As medidas implementadas pelo governo continuam mostrando resultados abaixo das expectativas, tornando mais difícil para o governo atingir a meta de primário para 2024", disse o economista Tiago Sbardelotto, da XP Investimentos, em relatório.

**Site:** <https://jornaldigital.oglobo.globo.com>

# Renan propõe multa de 90% na repatriação de bens. Fazenda pedia mais

*Victoria Abel*

O relatório do projeto de lei que prevê a abertura de um novo prazo para repatriação de bens e recursos vai propor uma multa de 90% sobre o valor do imposto devido para quem decidir regularizar os bens que estejam no exterior, além de uma alíquota de 14% em cima do ativo repatriado. O valor é menor do que o proposto pelo Ministério da Fazenda, de 150% e 15%, respectivamente.

O texto está na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal, com relatório de Renan Calheiros (MDB-AL).

O senador afirma que vai apresentar o relatório na próxima terça-feira, em reunião da comissão. Inicialmente, Renan queria fixar uma multa de 140%, próxima ao sugerido pela **Receita Federal**. Mas avaliou que uma multa mais baixa tem mais chances de atrair mais proprietários de bens no exterior.

- Se você pegar como referência a repatriação que deu certo, em 2016, a multa cobrada foi de 100%, com alíquota de 15%. Estamos nos aproximando desses números. Essa cobrança de 90% agora é um estímulo para aumentar a participação na próxima repatriação - disse o relator ao GLOBO.

Renan lembrou que a primeira repatriação de bens, em 2016, trouxe de volta R\$ 175 bilhões em recursos para o Brasil, com uma arrecadação de aproximadamente R\$ 51 bilhões em **impostos**. Em 2017, quando houve a última abertura para repatriação, foi arrecadado R\$ 1,65 bilhão, com multa de 135%.

A proposta é terminativa na CAE, portanto, deve seguir para a Câmara dos Deputados após aprovação na comissão. O projeto é do presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e previa, originalmente, uma multa ainda maior, de 167%.

O senador estima arrecadação de R\$ 45 bilhões, se a medida tiver alta adesão, como em 2016.

A repatriação de bens é um dos projetos do governo enviados ao Congresso para aumentar a arrecadação. Mesmo sendo de autoria parlamentar, a matéria vai colaborar para os planos de Fernando Haddad.

**Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com>**

# Ministério da Saúde volta atrás e deixará de exigir IR sobre compras de medicamentos

**Bárbara Pombo De Brasília**

O Ministério da Saúde voltou atrás e deixará de exigir o Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) de empresas situadas no exterior que fornecem medicamentos - inclusive os de alto custo - e outros produtos ao Brasil. A mudança de postura tem como base parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

As retenções, como noticiou o Valor, começaram no início do segundo semestre a partir de um parecer da consultoria jurídica da pasta favorável à tributação. O novo entendimento gerou uma corrida das farmacêuticas à Justiça. Segundo especialistas, não há base legal para a retenção.

Apesar do foco das cobranças no Ministério da Saúde, havia um temor no mercado de a tributação se espalhar para remessas de pagamento de qualquer importação de bens ou serviços contratados pela administração pública.

Em nota ao Valor, o Ministério da Saúde "esclarece que não está mais retendo o IRRF dos pagamentos realizados". E acrescenta: "Devido à complexidade do sistema tributário brasileiro, surgiram dúvidas da equipe técnica da pasta sobre o devido de retenção e recolhimento do imposto, no caso de pagamento a pessoa jurídica sediada ou domiciliada no exterior, em virtude do fornecimento dos insumos objeto de contrato com ente público".

O Ministério se comprometeu ainda a devolver às empresas o que foi recolhido indevidamente. Diz, na nota, que consultou a **Receita Federal** sobre os procedimentos que o fornecedor estrangeiro ou seu representante no Brasil deve adotar para reaver ou compensar os valores retidos.

Nelson Mussolini, presidente executivo do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos (Sindusfarma), afirma que pelo menos oito empresas sofreram cobranças indevidas. "O assunto está resolvido. Mas vamos monitorar", diz.

A retenção do IR sobre as remessas de pagamento, na prática, gera um aumento de custo nos contratos, explicam advogados. A alíquota aplicada é de 15% ou de 25% caso o fornecedor esteja em paraíso fiscal.

Segundo advogados que representam farmacêuticas, além de impraticável pelo custo não previsto na fixação do preço do produto, a cobrança é ilegal.

No Ministério da Saúde, a retenção passou a ser feita com o aval de um parecer da consultoria jurídica da pasta, assinado em junho. Existia uma dúvida do Departamento de Logística em Saúde sobre a necessidade de recolhimento do imposto. O questionamento surgiu em contrato firmado com uma empresa da Irlanda para aquisição do Sofosbuvir, usado para hepatite C crônica.

A retenção vinha ocorrendo no momento do pagamento ao fornecedor. Passou a ser feita com base na Instrução Normativa (IN) nº 1.234, de 2012, da **Receita Federal**. O artigo 35, parágrafo 1º, estabelece que sobre o pagamento à pessoa jurídica domiciliada no exterior incidirá o IR na fonte a ser retido pelo órgão pagador.

As empresas acionaram o Judiciário por meio de mandados de segurança. Pelo menos quatro liminares foram concedidas para suspender a exigência. Nelas, a Justiça Federal em Brasília entendeu que a IN é fundamentada em lei que não trata de empresas domiciliadas no exterior, apenas das brasileiras.

Trata-se da Lei nº 9.430, de 1996, que no artigo 64 prevê que o IR, a CSLL, o PIS e a Cofins devem ser retidos na fonte sobre os pagamentos feitos pela administração pública a fornecedores de bens e serviços.

A mudança de posição do Ministério da Saúde veio a partir de um parecer da Coordenação-Geral de Assuntos Tributários da PGFN, que orienta todos os órgãos de governo sobre o tema.

No documento, a procuradoria aponta que "não há previsão legal que permita a incidência do IRRF sobre remessas ao exterior decorrentes da aquisição de mercadorias estrangeiras".

Segundo o parecer, a regra prevista no artigo 35 da IN 1.234 "não incide em todas as situações de remessas ao exterior, restringindo-se aos casos em que essas estejam associadas a uma prestação de serviço".

Com a mudança de posição do governo, advogados apontam alguns cenários, que dependerão de cada caso. Afirmam que as ações ajuizadas podem ser extintas se o único pedido foi para interromper a retenção.

Marcelo Roitman, sócio do PLKC Advogados, entende que se o pagamento ao fornecedor foi feito sem a retenção do IR por cumprimento de liminar, o processo deve continuar para confirmar o entendimento no mérito. O mesmo vale, de acordo com ele, para os casos em que também se discute a devolução dos valores cobrados indevidamente.

Os valores retidos, diz o advogado, são altos. "As empresas ainda precisam de decisão judicial para serem ressarcidas", afirma Roitman.

Os processos devem tratar do momento da devolução e a forma, segundo Jorge Facure, sócio do Gaia Silva Gaede Advogados. "Como as empresas que sofreram a retenção não estão no Brasil e não pagam imposto aqui, não seria possível, em princípio, compensar tais montantes retidos com **tributos** vencidos." Advogados não descartam, contudo, que o Ministério da Saúde restitua administrativamente os valores retidos ilegalmente. Roitman cita que isso poderia ser feito por complementação em pagamentos futuros.

De acordo com Facure, "por ora, ao menos até que seja operacionalizada a restituição dos valores retidos, que são expressivos, as ações podem prosseguir".

"Empresas ainda precisam de decisão judicial para serem ressarcidas" Marcelo Roitman

**Site:** <https://valor.globo.com/virador#/edition/187666>

# Vetos ao projeto de lei são retrocesso, diz relator

*Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro De Brasília*

Relator do projeto de lei do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, o deputado federal Beto Pereira (PSDB-MS) afirmou ao Valor que a recusa do governo em sancionar parte da proposta "é um verdadeiro retrocesso" e descumprimento com a Câmara. A Lei nº 14.689, que traz de volta o voto de qualidade, foi publicada ontem com 14 vetos.

Pereira incluiu no texto, além das regras para desempate no **Carf**, mudanças na legislação sobre multas e garantias que precisam ser oferecidas pelo contribuinte caso decida levar a disputa para a esfera judicial. Esses pontos foram vetados. "Esses vetos são um verdadeiro retrocesso. Em nada contribuem para melhorar a relação do contribuinte com a **Receita Federal** e para que haja diminuição do contencioso", disse.

O relator afirmou que tentará sensibilizar o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e os líderes partidários para que os vetos sejam rejeitados. "Tudo foi construído com participação do Ministério da Fazenda e sempre com consulta ao secretário da Receita, [Robinson] Barreirinhas, e ao ministro Fernando Haddad. O governo votou junto com o texto no Plenário."

**Site:** <https://valor.globo.com/virador#/edition/187666>

# INSS: governo espera economizar R\$ 92 bi com pente-fino em benefícios até 2026

O governo poderá economizar até R\$ 91,98 bilhões até 2026 se fizer um pente-fino nos benefícios pagos pelo **INSS**, incluindo a revisão da isenção de Imposto de Renda para aposentados e de IPI para pessoas com deficiência, além de medidas de melhoria na gestão. A estimativa consta em uma nota técnica da consultoria de Orçamento da Câmara dos Deputados.

Caso seja implementado um programa de revisão ainda este ano, ao final de 2024, haveria uma redução de despesa de R\$ 18,14 bilhões, e, em 2025, de R\$ 34,74 bilhões. Em 2026, seriam outros R\$ 39,1 bilhões. O estudo tem como base o resultado das operações pente-fino realizadas em 2009, e entre 2016 e 2018 no BPC, auxílio por incapacidade temporária e aposentadoria por invalidez.

O texto sugere nova revisão nesses benefícios, ampliando também para a pensão para filho inválido, auxílio-acidente e reabilitação profissional. As revisões levariam ao cancelamento de 746.300 benefícios irregulares e o resultariam em uma economia estimada de R\$ 4,17 bilhões em 2024, R\$ 8,61 bilhões em 2025 e R\$ 8,88 bilhões em 2026.

Também passaria pelo crivo as isenções de Imposto de Renda para aposentados por doenças graves ou acidentes - que vão resultar uma renúncia fiscal de R\$ 22,3 bilhões neste ano, além do IPI sobre automóveis para pessoas com deficiência.

O estudo também considera estimativa do Tribunal de Contas da União (TCU), que aponta percentual de fraude de pelo menos 11,4% dos benefícios. Cita ainda própria legislação que determina revisões periódicas dos benefícios, o que nem sempre é cumprido pelos governos.

Segundo o autor do estudo, consultor e ex-presidente do **INSS** Leonardo Rolim, não se trata de retirar direitos, mas melhorar a qualidade do gasto público e reduzir fraude. Ele afirma que se essas medidas forem adotadas compensarão os gastos adicionais provenientes da política de aumento real do salário mínimo.

- Dessa forma se faria uma política de redução das desigualdades de forma sustentável, tendo como fonte de custeio a cessação de benefícios indevidos - disse o consultor, acrescentando que será preciso adotar

medidas para minimizar os efeitos da pressão da política de reajuste do salário mínimo sobre os gastos com benefícios nos próximos anos.

O pente-fino no **INSS** também vem sendo defendido pela ministra do Planejamento, Simone Tebet.

**Site:**

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/09/22/inss-governo-espera-economizar-r-92-bi-com-pente-fino-em-beneficios-ate-2026.ghtml>

# Projeto de aumento de ICMS tem reviravolta

## ANA MENDONÇA

Após a derrota do governador Romeu Zema (Novo) com a retirada de rações para pets, celulares, bebidas artesanais e a inclusão de jet-skis, jatinhos, helicópteros e máquinas de mineração no Projeto de Lei (PL) 1.295/23 que amplia em 2 pontos percentuais a alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre produtos considerado "supérfluos" pelo Executivo, os ânimos ficaram exaltados ontem durante audiência pública na Assembleia Legislativa. Houve acordo entre os deputados para que a reunião da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária (FFO) para discutir as novas emendas e textos, inicialmente marcada para as 10h de ontem, fosse adiada para a próxima segunda-feira. O impasse promete prolongar-se, deixando em suspense o destino do projeto e seus impactos na economia do estado, visto que o governo necessita aprovar o aumento do imposto até o fim deste mês.

Na quarta-feira, o projeto sofreu uma reviravolta e recebeu 15 emendas e 39 substitutivos e encaminhado de volta à FFO. Os novos textos e emendas propostos pelos deputados estabelecem uma vigência para a cobrança majorada do ICMS, já que a proposta de Zema a torna permanente. Além disso, ajustam o percentual de elevação da alíquota e incluem ou excluem produtos da lista de supérfluos.

Foram retirados da lista, por exemplo, rações para pets, celulares, bebidas artesanais, vinhos e cervejas sem álcool, refrigerantes, cosméticos e câmeras fotográficas. Por outro lado, foram incluídos jet-skis, veículos e outras máquinas de mineração, jatinhos, helicópteros, veículos de luxo e a revenda de veículos de locação. Também está proposta em emenda a prestação de contas semestral dos valores arrecadados pelo governo e do uso dos recursos.

Ontem, a Assembleia realizou audiência pública para discutir o PL 1.295/23. O deputado Lucas Lasmar (Rede), responsável pelo requerimento que originou a audiência, apontou que esses recursos atuais têm sido direcionados para outras finalidades, como despesas com pessoal e transporte escolar e não para o Fundo de Erradicação da Miséria, como sugerido pelo governador. De acordo com dados do Portal da Transparência, entre 2020 e 2022, 40% do montante foram destinados a essas áreas. "O fundo parece ter a finalidade de atender a interesses políticos no estado", ironizou Lasmar ao comentar a alocação de recursos

em despesas como gratificações de cargos e encargos trabalhistas na Minas Gerais Administração e Serviços (MGS), empresa pública encarregada de serviços em edifícios estatais.

## Impactos

Além dele, os deputados Leleco Pimentel (PT), Cristiano Silveira (PT) e Professor Cleiton (PV) questionaram a compatibilidade da medida com o discurso liberal do governador, visto que a ação traz impactos severos na economia do estado. Silveira criticou a classificação de supérfluos para produtos tão essenciais no cotidiano da população, como os celulares, que são utilizados inclusive como ferramenta de trabalho. O deputado estadual Caporezzo (PL) também afirmou que não deve apoiar um aumento radical de **impostos**. Já o deputado Rodrigo Lopes (União) destacou a importância de investigar com responsabilidade como os recursos do FEM têm sido utilizados desde sua criação.

Segundo o líder da oposição, Ulysses Gomes (PT), esse não é o momento para discutir aumento de **impostos**. "Algo que o governador sempre criticou, atacou e disse ser contra. Agora, entra uma contradição enorme. É lamentável o governador usar um assunto tão importante como a erradicação da miséria, para aumentar a arrecadação."

Os representantes do Executivo estadual rebateram os argumentos apresentados, citando resultados de mais de uma década de vigência do aumento da alíquota em 2%. O secretário-executivo da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Guilherme da Cunha, negou o risco de fuga de capital, destacando os investimentos privados de R\$ 368 bilhões atraídos durante esse período. Além disso, foram mencionados os 740 mil empregos criados no primeiro mandato do governador, com um aumento de 11% na renda média do trabalho nos últimos 12 meses.

## SERVIDORES COBRAM REAJUSTE

**Servidores públicos** mineiros estaduais cobraram recomposição salarial durante audiência da Comissão de Administração Pública da Assembleia Legislativa, realizada ontem.

Lideranças sindicais reclamam de perdas salariais acumuladas e, segundo eles, da falta de disposição do Executivo estadual para negociar o atendimento das reivindicações das diversas categorias do

funcionalismo.

O diretor do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público do Estado (Sindipúblicos), Geraldo Antônio Henrique da Conceição, disse que as perdas salariais acumuladas nos últimos dez anos superam os 40%.

**Site:**

**<https://digital.em.com.br/estadodeminas/22/09/2023/p1>**

# Novo Rota 2030 deixa para depois imposto sobre carros elétricos

**Marli Olmos**

A nova fase do programa governamental de incentivos fiscais para a indústria automobilística estará pronto em até duas semanas, segundo o secretário do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Wallace Moreira. O texto traz novidades em relação à primeira: contemplará uma ampla gama de veículos, aprimorará o sistema de medição de poluentes e criará um sistema de etiquetagem. Mas, salientou Moreira, o tema Imposto de Importação de carros elétricos não será tratado nesse momento.

A informação do secretário põe fim às expectativas de executivos da indústria e de importadores, que tentam convencer o governo a incluir no anúncio do programa elaborado pelo Mdic a questão do Imposto de Importação, um assunto que não diz respeito à pasta.

Segundo Moreira, a questão do Imposto de Importação está em análise no governo e não há previsão de prazo de isso acontecer.

Além disso, depende da Camex (Câmara de Comércio Exterior) e da apreciação de um colegiado envolvendo vários ministérios.

Hoje, carros elétricos são totalmente isentos do II e nos híbridos as alíquotas variam de 2% a 4%.

Mesmo assim, os executivos do setor mantêm lobby em ministérios envolvidos. Além de Mdic, o tema depende de avaliação de Fazenda, Defesa e Minas e Energia.

A indústria local defende o aumento do tributo para marcas que ainda não produzem no país, sobretudo as chinesas. Importadores dessas marcas se mobilizam no sentido contrário.

Moreira deixa claro que o foco do governo no momento é o programa agora chamado Mobilidade Verde e Inovação (antigo Rota 2030), que trata de regulamentação voltada à economia de combustível, emissões de poluentes e que oferece incentivos fiscais para pesquisa no setor.

O texto que será assinado pelo ministro Geraldo Alckmin antes de se transformar em medida provisória avança em relação à primeira fase do Rota 2030,

lançada no início de 2019, ao diversificar os veículos que deverão atender a novas normas de emissões.

Além dos carros, entrarão motocicletas, triciclos, caminhões e ônibus. "Teremos metas distintas para cada tipo de veículo", afirma Moreira. Ele destaca, ainda, a importância da etiquetagem com dados de consumo. Mas a grande inovação do programa está na forma de medir os poluentes, até aqui feita apenas a partir dos gases emitidos no escapamento.

O governo vai implantar os sistemas chamados "do poço à roda", "do campo à roda" e do "berço ao túmulo". Os nomes pitorescos se referem aos novos cálculos que incluirão gases emitidos no "poço" - extração do petróleo - e o "campo" - plantação de biocombustíveis, como etanol -, além do transporte desses produtos.

O "berço ao túmulo" diz respeito às emissões que o veículo emite ao longo da vida útil. E aí entra a reciclagem.

Ganhará pontos no programa de incentivos o veículo com maior quantidade de componentes que podem ser reciclados.

Na primeira fase do Rota 2030, os incentivos envolviam redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). A minuta do texto que traz a nova regulamentação define "outra forma de compensação financeira" quando o IPI for substituído por nova tributação definida na **reforma tributária**.

Segundo Moreira, a rota tecnológica dos veículos não se limitará aos híbridos e elétricos. O Mobilidade Verde estará também vinculado a outros programas de incentivo à descarbonização do transporte, como o Combustível do Futuro e o RenovaBio.

Segundo o secretário, a ideia não é "penalizar" os combustíveis fósseis, mas promover a descarbonização por meio das tecnologias disponíveis.

"Não temos uma preferência tecnológica. O governo recebe as sugestões e analisa", destaca.

Segundo ele, todas as alternativas levam, no entanto, em conta as empresas que investirem na produção no

país. "A sensibilidade do governo se volta para a produção.

Tem peso se a empresa produz no país porque isso gera emprego e renda", afirma. O secretário também demonstra interesse em ampliar as exportações do setor .

Outro tema automotivo em discussão no Mdic é a prorrogação do programa de incentivos, lançado em junho, que promoveu desconto em veículos. No caso dos carros e comerciais leves, os recursos se esgotaram em menos de um mês. Mas, grande parte do dinheiro reservado para descontos em caminhões e ônibus ainda está disponível.

Segundo Moreira, dos R\$ 700 milhões destinados a caminhões, apenas R\$ 110 milhões foram usados. Em ônibus, de R\$ 300 milhões, restam R\$ 110 milhões. Segundo o secretário, Alckmin tem conversado com o Congresso para garantir a prorrogação do programa, que se encerra no dia 3.

O programa prevê o sucateamento de veículos com mais de 20 anos. Grande parte deles pertence a caminhoneiros autônomos, que têm dificuldades para trocar o veículo mais antigo. "Enquanto os juros não baixarem mais teremos esse problema", diz Moreira.

"Teremos metas distintas para cada tipo de veículo"  
Uallace Moreira

**Site:** <https://valor.globo.com/virador#/edition/187666>

# Paraguai segura impostos para criar cem mil vagas

O presidente do Paraguai, Santiago Peña, anunciou que vai prolongar a política de isenção de **impostos**, sem qualquer aumento, ao longo de seus cinco anos de mandato e que vai apostar na "indústria do emprego" como forma de estimular a economia. O objetivo é gerar cem mil postos de trabalho próximos à fronteira com o Brasil, segundo Peña.

A declaração foi feita durante a inauguração da 7ª edição da Maquila Expo, em Ciudad del Este.

A indústria maquiladora faz a manufatura parcial, encaixe ou empacotamento de um bem sem ser a fabricante original. Esse modelo tem custo menor de produção e costuma ser adotado em países com salários mais baixos. Há ampla competição no segmento.

O presidente afirmou que "não está interessado" em aumentar a arrecadação de **impostos**, considerando que o Paraguai não só tem estabilidade macroeconômica, mas estabilidade tributária.

Por isso, os **impostos** não subirão dentro de cinco anos, disse ele, sob aplausos do setor empresarial presente na cerimônia de abertura da exposição.

Nesse sentido, o foco do novo governo está na criação de empregos. Na sua visão, é a melhor solução na área social que um país pode ter: -De todas as indústrias que quero desenvolver, há uma em particular, e é a indústria do emprego, gerando uma revolução onde o nosso único objetivo é criar emprego - acrescentou Peña.

**IMPOSTO DE 1%** Ele destacou a importância das "maquiladoras", empresas localizadas em regiões fronteiriças com o Brasil, que têm um "enorme potencial".

As maquiladoras são indústrias instaladas em Ciudad del Este e criadas para exportar produtos paraguaios para o Mercosul - em sua maioria para o Brasil, por meio de um sistema que concede incentivos fiscais.

O Imposto de Exportação é de 1% do valor final do produto no país, e 90% do que é produzido nas maquiladoras precisam ser vendidos ao exterior.

O presidente do Paraguai também citou a estabilidade

política do país e o foco em energia limpa e renovável como elementos fundamentais para atração de investimentos no setor industrial, o que favorece a alocação de recursos.

- Queremos investimentos de US\$ 500 mil, US\$ 1 milhão, US\$ 2 milhões para transformar a realidade do Paraguai - ressaltou.

A presidente da Câmara de Empresas Maquiladoras do Paraguai, Karina Daher, também destacou o potencial do setor maquilador na criação de empregos. Segundo Karina, a atividade gera atualmente 25 mil empregos diretos e um total de 60 mil indiretos.

Em 2022, a indústria maquiladora alcançou recorde de US\$ 1 bilhão em vendas externas e representa hoje 10,4% do total das exportações do país.

Para Peña, contudo, ainda é possível quadruplicar o contingente de ocupados no setor: - Mesmo assim, claramente, é insuficiente para o potencial que o Paraguai tem. Hoje somos encorajados, não a manter os 25 mil empregos, mas a obter mais de cem mil vagas no setor maquilador e nas indústrias em geral - disse Santiago Peña.

Também estiveram presentes na Maquila Expo empresários e executivos da Itaipu Binacional. A zona do Alto Paraná concentra uma série de indústrias brasileiras.

- A indústria maquiladora paraguaia visa atrair filiais, empresas multinacionais que queiram abrir suas filiais no país para explorarem o mercado externo - disse o economista Gilson Oliveira ao Jornal Nacional.

**INCENTIVOS** O diretor de uma indústria alimentícia que tem fábrica no Paraguai destaca outros incentivos.

- Toda matéria-prima, todo maquinário, tem uma isenção temporária de **tributos**.

Distribuição de dividendos isenta para o exterior.

O país é economicamente estável, tem taxas de juros atrativas para atração de capital para grandes investimentos.

Tem uma matriz energética, água e energia

abundante, e baixos custos e burocracia trabalhista - afirmou Thiago Gonçalves, diretor da indústria suplementos alimentares, também ao JN.

Segundo Oliveira, o Brasil é um grande comprador, "e vai continuar comprando cada vez mais", depois que inaugurar a segunda ponte entre o Brasil e o Paraguai: - Ela vai reduzir o custo do transporte e a demora do transporte da carga vai ser menor - afirmou Oliveira ao JN.

(Com agências internacionais e Jornal Nacional)

**Site:** <https://jornaldigital.oglobo.globo.com>

# Paraguai quer 100 mil empregos na fronteira com Brasil

O presidente do Paraguai, Santiago Peña, anunciou um plano para criar cerca de 100 mil postos de trabalho em empresas que exportam ao Brasil. Desde que assumiu a presidência, há pouco mais de um mês, ele vem defendendo a criação de empregos para retomar o crescimento do país.

Segundo informou o portal "g1" citando o governo paraguaio, as novas vagas serão criadas na área da indústria de maquila - termo usado para designar empresas que produzem a partir de matéria-prima paraguaia ou vinda de outros países a custo mais baixo, vendem ao exterior ao menos 90% do que é produzido e têm um sistema tributário diferente. A legislação paraguaia prevê um imposto único de exportação de 1%.

O plano de Peña prevê que os novos empregos sejam criados em Ciudad del Este, na fronteira com o Paraná, no Brasil.

Atualmente, o setor conta com 278 empresas operando no sistema de maquila, que geram cerca de 25 mil empregos. Dessas empresas, 48% se concentram na região do Alto Paraná. O presidente paraguaio acredita que a medida vá ajudar a atrair investimentos.

Em 2022, o setor exportou o equivalente a R\$ 5 bilhões, ou 10,4% das exportações paraguaias.

Ao falar do novo plano, Peña ressaltou a importância do setor para a geração de empregos, mas também como um aspecto social, citando que muitos jovens, principalmente mulheres, que não estavam nem trabalhando nem estudando, conseguiram uma oportunidade na área de maquila.

De acordo com dados do governo paraguaio, 2,5 mil jovens com menos de 25 anos conseguiram seu primeiro emprego em alguma empresa de maquila e as mulheres são, atualmente, 68% da força de trabalho do setor.

Boa parte das vendas atuais do setor é feita ao Mercosul. E, segundo a presidente da associação que representa o setor maquila, Carina Daher, o Brasil é um parceiro estratégico em razão da facilidade logística, saídas ao mar e mais infraestrutura.

Do outro lado, o Paraguai contribui com menos burocracia trabalhista e flexibilidade de mão de obra.

Outra promessa do presidente paraguaio para atrair mais investimentos é o congelamento de **impostos**.

No início do mês, Peña afirmou que não os aumentará ao longo dos seus cinco anos de mandato.

O economista Peña, de 44 anos, é o mandatário mais jovem a assumir a presidência do Paraguai e foi eleito com a promessa de promover a transição da economia de seu país de exportador de produtos primários para exportador de bens e tecnologia. Para isso, ele aposta em uma maior integração com o seu maior vizinho, o Brasil.

"O que precisamos é aumentar a quantidade de emprego e a barreira para isso não passa por mudar as leis, mas atrair mais investimentos, mostrar a Brasil e Argentina que aqui é um país estável, seguro e muito competitivo para ser uma plataforma de produção", afirmou ao Valor um mês antes de tomar posse, ressaltando querer atrair o empresariado brasileiro para investir no país vizinho.

Na relação com o Brasil, outra expectativa para este ano é a conclusão do acordo de renovação do contrato de Itaipu. Peña afirma ser preciso investir na transmissão de energia e melhorar a logística viária.

**Site:** <https://valor.globo.com/virador#/edition/187666>

# O comedimento do Banco Central (Editorial)

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) reduziu a taxa básica de juros a 12,75% ao ano. A decisão já era esperada, mas havia alguma dúvida sobre o ritmo de queda da Selic, sanada com o apoio unânime ao corte de 0,5 ponto percentual nesta semana e encomendado para as reuniões de novembro e dezembro.

Ao explicar a decisão, o comitê destacou, no cenário externo, as incertezas em relação à **inflação** nos Estados Unidos e na Europa e as perspectivas de menor crescimento econômico da China.

No mesmo dia, o Federal Reserve (Fed) manteve as taxas inalteradas no intervalo entre 5,25% e 5,50% anuais e sinalizou que a política monetária ficará em terreno restritivo por mais tempo do que se esperava. Assim, a redução do diferencial entre os juros norte-americanos e os brasileiros pode vir a tornar-se mais um fator de risco a ser considerado pelo BC.

Internamente, não houve novidades.

O Copom destacou que as expectativas de **inflação** permanecem acima da meta no horizonte dos próximos três anos. A resistência da **inflação** de serviços e o vigor da atividade econômica continuam a ser monitorados. A exemplo do que faz em todos os comunicados, o BC reiterou a disposição em perseguir as metas de **inflação**. Por isso mesmo, não passou despercebida a menção à importância da política fiscal para ancorar as expectativas de **inflação**.

Para surpresa e incômodo de alguns analistas acostumados a ver o Banco Central bater nessa mesma tecla nos últimos anos, não houve qualquer menção a questões de cunho fiscal no **comunicado** divulgado em agosto, quando o colegiado voltou a reduzir os juros. Agora, o assunto voltou a ser mencionado, mas uma única vez. "Tendo em conta a importância da execução das metas fiscais já estabelecidas para a ancoragem das expectativas de **inflação** e, conseqüentemente, para a condução da política monetária, o Comitê reforça a importância da firme persecução dessas metas", disse o BC.

Ainda que sucinto, o trecho foi interpretado como um apoio à disposição do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em buscar o equilíbrio das contas públicas. De um lado, a meta de zerar o déficit no ano que vem tem sido boicotada pelo Congresso e por parlamentares do próprio PT. De outro, o ministro tem sido pressionado por parte do mercado a esclarecer

suas projeções para as receitas e despesas do Orçamento do ano que vem.

Nesse sentido, o **comunicado** do BC reforçou a importância de as políticas monetária e fiscal remarem para a mesma direção. Embora o comportamento dos preços tenha de fato arrefecido nos últimos meses, trazendo alívio para os consumidores, as expectativas para a **inflação** de 2025, segundo o boletim Focus, permanecem estagnadas em 3,5% desde o fim de julho.

É, certamente, um patamar mais confortável que a **inflação** de dois dígitos com que o País teve de lidar no passado recente, mas ainda está acima do centro da meta definida para 2025, de 3%. E são as expectativas, não a **inflação** corrente, que norteiam os juros futuros, as apostas do mercado financeiro e a própria atuação do Banco Central.

Com a sanção do arca-bouço e o avanço da **reforma tributária** sobre o consumo na Câmara, o governo Lula colheu bons resultados no Congresso no primeiro semestre. A retomada dos trabalhos no Legislativo após o recesso, no entanto, veio acompanhada de dificuldades para aprovar medidas para recuperar receitas.

O plano para rever subsídios e gastos tributários até agora não saiu, e as demandas financeiras de Estados e municípios são crescentes. Sem alternativa, o Executivo se viu obrigado a acomodar o Centrão na Esplanada dos Ministérios para tentar formar uma base firme no Congresso.

Por enquanto, o discurso de Haddad tem sido suficiente para manter a aposta nos cortes graduais esperados para a Selic nos próximos meses. Ações concretas do governo para comprimir despesas, bem como um apoio efetivo do Legislativo às propostas para garantir novas receitas, eventualmente poderiam acelerar os movimentos do Banco Central. Até o momento, porém, ambos parecem bastante improváveis.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# BC se alinha a Haddad para conter gastos

**ADRIANA FERNANDES BRASÍLIA**

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, e os demais diretores da autarquia deram uma grande ajuda ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, no esforço de barrar a tentação do governo e do Congresso de mudar a meta fiscal de zerar o déficit das contas públicas em 2024. No **comunicado** que explicou a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) de cortar a taxa Selic de 13,25% para 12,75% ao ano, o BC alerta de forma muito clara que mudar a meta fiscal atrapalharia o processo de queda dos juros.

Haddad segue muito isolado dentro do governo e no Congresso na decisão de manter a meta já anunciada, e precisa segurar o rojão até que fique mais claro quanto de arrecadação extra ele vai conseguir para o Orçamento do ano que vem. A estimativa é de que o governo precise de pelo menos R\$ 168 bilhões para fechar as contas em 2024.

O **comunicado** foi escrito pelo BC com uma palavrinha-chave ao falar da meta fiscal: "persecução". Por trás dela, está a visão do presidente do BC e dos seus diretores de que, mais importante do que conseguir cumprir a meta, é preciso não desistir dela.

O que disse o BC no trecho mais importante do **comunicado**: "Tendo em conta a importância da execução das metas fiscais já estabelecidas para a ancoragem das expectativas de **inflação** e, conseqüentemente, para a condução da política monetária, o comitê reforça a importância da firme persecução dessas metas".

O BC não fala em nenhum momento em cumprimento da meta de déficit zero. Os analistas do mercado financeiro já colocaram no preço um déficit em torno de 0,8% do **PIB**. Qualquer número menor do que isso que Haddad conseguir será positivo para as expectativas.

Já uma mudança da meta passaria a percepção de que o cenário fiscal é de bagunça, com mudança nas regras antes de começar o jogo.

A pressão continua porque ministros e parlamentares estão com medo de o governo ter de fazer um grande contingenciamento em 2024 para cumprir a meta fiscal, repetindo o que aconteceu no passado. Emendas parlamentares também são alvo de contingenciamentos.

Mas, no balanço de riscos para a economia, deveriam pensar melhor no que pode ser pior: o encurtamento da queda de juros.

Questionado sobre o teor da ata do Copom, Haddad disse ontem que "perseguir a meta fiscal, como diz o **comunicado**, é importante porque demonstra a seriedade do País com as contas públicas".

"PAUTA-BOMBA". Na direção contrária, deputados e senadores seguem aprovando projetos da "pauta-bomba". Vide as votações desta semana da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado.

Entre os projetos, o que aumenta a desoneração criando o Programa de Desenvolvimento da Indústria de Fertilizantes (Profert).

De autoria do senador Laércio Oliveira (PP-SE), a proposta concede uma série de benefícios tributários para incentivar a produção de fertilizantes no País.

Na semana passada, Campos Neto teve várias reuniões com parlamentares. É muito provável que tenha alertado para o fato de que a maré pode mudar se esse ritmo de votações continuar desse jeito.

Trechos

**Comunicado** do Copom faz alertas

O ambiente externo mostra-se mais incerto, com a continuidade do processo de desinflação, a despeito de núcleos de **inflação** ainda elevados e resiliência nos mercados de trabalho.

Em relação ao cenário doméstico, observou-se maior resiliência da atividade econômica do que anteriormente esperado, mas o Copom segue antecipando um cenário de desaceleração da economia nos próximos trimestres.

Tendo em conta a importância da execução das metas fiscais já estabelecidas para a ancoragem das expectativas de **inflação** e, conseqüentemente, para a condução da política monetária, o Comitê reforça a importância da firme persecução dessas metas.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# Ibre eleva projeção do PIB no ano, mas cenário preocupa

**Marsílea Gombata**

Puxado por impactos da agropecuária e das transferências de renda, o resultado do **PIB** do segundo trimestre levou o Instituto Brasileiro de Economia (FGV Ibre) a revisar suas projeções de crescimento para o ano de 1,8% para 2,5%. Os números escondem um cenário preocupante de heterogeneidade no desempenho dos setores e demanda aquecida, o que evidencia limites sobre o ritmo de queda da **inflação**. Incertezas fiscais e a **inflação** acima da meta podem inviabilizar a Selic abaixo de 10%, alerta o Boletim Macro, ao apontar para desaceleração da atividade no segundo semestre.

Na edição de setembro, o boletim observa que, no Brasil, assim como nos Estados Unidos e em outros países da América Latina, houve surpresas positivas na atividade econômica recentemente. A despeito de uma política monetária mais apertada, a desaceleração dessas economias tem sido bem moderada, afirmam Silvia Matos e Armando Castelar Pinheiro.

"Observa-se, porém, elevada heterogeneidade no desempenho dos setores. A desaceleração da produção e da demanda por bens é mais intensa, em linha com o aperto monetário, mas, em serviços, a atividade tem se mostrado bem mais resiliente do que se projetava", escrevem, ao lembrar que o setor é intensivo em mão de obra e vem puxando o emprego.

Na seção sobre atividade econômica, o boletim observa que os dados divulgados pelo IBGE referentes ao segundo trimestre de 2023 revelam fraqueza na demanda e produção de bens e robustez no caso do setor de serviços, ainda influenciado pelo crescimento expressivo do setor agropecuário, escrevem Matos, Marina Garrido e Ana Victoria Pellicone.

Esse cenário levou o FGV Ibre a projetar contração de 0,4% do **PIB** no terceiro trimestre, ante o segundo, e alta de 1,5%, frente o terceiro trimestre de 2022.

No ano como um todo, o **PIB** de 2023, alerta o boletim, terá composição bem diferente do de 2022.

"No ano passado, houve contribuição maciça das

atividades cíclicas [aquelas mais dependentes das políticas monetária e fiscal] da economia, que foram responsáveis por pouco mais de 90% do crescimento anual, mesmo com a desaceleração dessas atividades a partir do segundo semestre", lembra. "Já para 2023, 60% do crescimento do **PIB** deve ser atribuído aos componentes exógenos da atividade, a exemplo da supersafra de soja e melhora da indústria extrativa." Matos e Castelar argumentam que os principais componentes que explicam o resultado de cada **PIB** não são os mesmos. "O resultado surpreende de novo para cima, mas não é exatamente a mesma história que se repete", escrevem.

Em 2022, mesmo com a atividade desacelerando, o crescimento foi gerado majoritariamente por atividades cíclicas, que responderam por 2,7 pontos percentual expansão de 2,9% do **PIB** no ano. O restante foi explicado por atividades exógenas (menos afetadas pela política monetária), como agropecuária, indústria extrativa e serviços públicos. Para 2023, do crescimento de 1,5% no ano, 1 ponto vem de atividades cíclicas.

"Com relação às surpresas nas atividades cíclicas, podemos destacar dois fatores determinantes.

O primeiro está relacionado aos impactos positivos tanto da agropecuária como do setor extrativo sobre essas atividades", diz o boletim, ao citar a indústria de transformação, a de alimentos, e o setor de derivados do petróleo e biocombustíveis.

Segundo cálculos do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), o emprego gerado pelos agrosserviços cresceu 7,4% no primeiro semestre de 2023, em relação ao mesmo período do ano passado. Em comparação, o emprego total cresceu 1,6%.

Um segundo fator, segundo o boletim, está relacionado ao aumento do gasto público e das transferências de renda, assim como o uso de poupança acumulada na pandemia. Nesse sentido, destaca-se a aceleração do consumo das famílias e do governo no segundo trimestre, que cresceram 0,9% e 0,7%, respectivamente, em relação ao primeiro trimestre.

Esse cenário tem relação direta com o aumento das

expectativas.

Em agosto, a confiança do consumidor ficou acima da empresarial pelo segundo mês, após três anos abaixo. O Índice de Confiança Empresarial (ICE) do FGV Ibre subiu 0,8 ponto, compensando a queda do mês anterior, enquanto o Índice de Confiança dos Consumidores (ICC) teve alta foi de 2 pontos, a quarta seguida. "Com esse resultado, o patamar do ICC se mantém ligeiramente acima do ICE", afirmam Anna Carolina Gouveia e Rodolpho Tobler. Dados coletados até o dia 14, contudo, indicam na leitura prévia queda de ambos os indicadores para setembro.

A possível queda de expectativas acende alerta sobre necessidade de maior cautela com os resultados favoráveis em serviços e na indústria extrativa, diz o boletim.

Isso porque "o cenário para 2023 continua sendo desafiador". Parte disso se deve à desaceleração global em curso e à política monetária no Brasil, que ainda deve se manter restritiva, apesar da flexibilização iniciada em agosto, diz o FGV Ibre.

"O **PIB** tem tido [impulso] de questões relacionadas a commodities, energia e, ao mesmo tempo, tem sido anabolizado pela política fiscal", diz Matos, que é coordenadora do boletim. "Mas, quanto mais tempo com juros mais altos, mais os investimentos serão penalizados.

Isso dificulta termos uma visão mais otimista entre crescimento potencial e cautela." A economista afirma que é preciso ver se atividade aquecida e **inflação** em queda seguirão de maneira sólida e contínua. Apesar de resultados mais favoráveis divulgados pelo IBGE sugerirem que a desaceleração da economia deverá ser mais branda, o boletim ressalta que "nem tudo que reluz é ouro".

A parte sobre política monetária ressalta o conflito entre a política fiscal expansionista e a política monetária restritiva. "Esse conflito deve dificultar a redução mais intensa da taxa de juros", escreve José Júlio Senna, chefe do Centro de Estudos Monetários do FGV Ibre.

"Do último Copom para cá, não foram poucas as manifestações públicas dos dirigentes do BC sobre o futuro da política monetária.

Invariavelmente, eles enfatizam que a "barra está alta" para que seja viável acelerar o passo da queda." Esse cenário, diz, deve-se também às projeções de **inflação** acima da meta de 3,0%. Segundo o Relatório Focus de 18 de setembro, a previsão é de **inflação** de 3,86% em 2024 e de 3,50% em 2025 e 2026.

Senna afirma que incertezas fiscais e projeções de **inflação** acima da meta podem inviabilizar Selic abaixo de 10%, como se espera.

"Se as projeções de **inflação** não convergirem para a meta, ficará complicado dar continuidade ao processo de queda dos juros", escreve Senna. "Desse modo, muito mais relevante do que discutir se o ritmo de queda dos juros será ou não acelerado (pouquíssimo provável que seja), é procurar entender até que ponto o BC levará o ciclo de baixa. Para ele, há boas chances de interromper o corte quando a Selic chegar em 10%.

Uma queda mais pronunciada dos juros no ano que vem, diz Matos, depende da combinação de cenário fiscal e atividade econômica.

"Se as projeções de **inflação** não convergirem para a meta, complica o processo de queda dos juros" José Júlio Senna

**Site:** <https://valor.globo.com/virador#/edition/187666>

# Em meio a incertezas, Copom mantém corte gradual de juros (Editorial)

A política monetária não deve apresentar surpresas até o fim do ano, como indica o **comunicado** da reunião de setembro do Copom do Banco Central. Restam dois encontros até 2023 terminar, e o Copom assinalou que neles será apropriado manter cortes da Selic em 0,5 ponto percentual, o que garantiria taxas suficientemente contracionistas para empurrar a **inflação** para a meta em 2024. A menos que os números subsequentes ponham em xeque a avaliação do BC, no curto prazo não há ainda motivos para ampliar as reduções de juros.

Há duas mudanças entre os comunicados da reunião anterior e a de agora. O cenário externo, que era "incerto", tornou-se "mais incerto", porque as taxas de juros de longo prazo estão subindo nos EUA e o crescimento da China perde fôlego. Ambos afetam diretamente o Brasil, de várias formas.

A decisão do Federal Reserve divulgada na quarta-feira apontou mais um possível - e derradeiro - aumento de 0,25 ponto dos juros, o que levaria a taxa a 5,75% e, mais importante, à manutenção dos juros em nível alto por um período maior de tempo. O gráfico dos pontos, no qual os membros do comitê de mercado aberto do banco aponta a trajetória futura de algumas variáveis, sugere que os juros começarão a cair em 2024, mas de forma bem mais lenta do que os investidores esperavam - dois cortes. Se essa intenção se mantiver, os fed funds pagarão ainda 5,25% ao fim do ano que vem, ainda a maior taxa em 22 anos.

Os juros de longo prazo, que já vinham em alta, subiram um pouco mais ontem, para o maior nível em 16 anos. O título do Tesouro de 10 anos atingiu 4,48% e o de 20 anos, 4,56%. O diferencial de juros é hoje favorável aos EUA em relação à zona do euro, ao Japão, à China e a outros parceiros comerciais, assim como a taxa de crescimento econômico. Com isso, o dólar se valorizou em relação às moedas dos principais países com os quais comerciam e chegou ontem a seu maior valor desde março. Quanto menor o diferencial de juros entre EUA e Brasil, maior é a atratividade do mercado americano para investidores externos. Enquanto o BCB mantém em velocidade de cruzeiro os cortes de juros, o Fed ainda pode elevá-los um pouco mais e promete não baixá-los por um bom tempo.

O dólar tem se valorizado em relação ao real por isso e ontem subiu mais 1%. Isso torna as importações brasileiras mais caras e pressiona em especial os preços do petróleo, que exibem altas significativas no mercado externo desde junho. Ou seja, há uma pressão combinada para elevar os preços domésticos da gasolina e do diesel, caso a Petrobras mantenha alguma relação entre eles e as cotações externas para seus reajustes. O dólar mais forte atinge todas as commodities, e a combinação de ambos em alta contribuiu muito para levar o IPCA a dois dígitos em 2021 (10,06%) ao promover um choque de preços dos alimentos.

Nesse ponto, a redução do crescimento chinês age como um amortecedor das cotações das commodities - exceto petróleo, por enquanto -, o que suaviza o impacto sobre os alimentos, que internalizam as cotações externas. Mas a menor expansão chinesa priva a economia global de um impulso preponderante há mais de uma década, o que, combinado ao aperto das políticas monetárias na zona do euro, EUA e Reino Unido, esfriará o crescimento mundial.

O balanço de riscos do BC não se alterou, e coloca como fator baixista da **inflação** uma desaceleração global mais forte do que o previsto e impacto dos juros altos sobre a **inflação** maiores que o antecipado. Os riscos altistas parecem, por enquanto, mais plausíveis: maior persistência das pressões inflacionárias globais, o que tem se verificado, e, no caso doméstico, maior resistência dos preços dos serviços diante de um hiato do produto mais fechado - economia crescendo perto do potencial.

A outra mudança no **comunicado** diz respeito à volta da menção da política fiscal. Em curto parágrafo, o Copom "reforça a importância da firme persecução dessas metas" por seus efeitos importantes sobre as expectativas inflacionárias. A política fiscal expansionista do primeiro ano de governo Lula vai na direção contrária do esforço fiscal e retira parte de sua eficácia. Com o déficit zero prometido para 2024, a política fiscal deixaria de ser estimulativa (ver artigo abaixo), facilitando o combate à **inflação**.

O cenário de referência do BC piorou marginalmente, com o IPCA estimado subindo de 4,9% para 5% em 2023, 3,5% em 2024 e 3,1% em 2025. A piora se deve ao avanço dos preços administrados, que podem

chegar a 10,5% no ano, ante 9,4% no cenário anterior. Os preços livres, por seu lado, estarão rigorosamente na meta do BC, oscilando muito perto dos 3%. Se as projeções do Relatório de **Inflação** do BC de junho estiverem corretas, o hiato do produto ainda é negativo em 1,2% e o crescimento acima do esperado da economia até agora é compatível com o declínio da **inflação**. Se a avaliação mudar, o BC terá de ser ainda mais cauteloso e paciente do que vem sendo no manejo dos juros. A ata da reunião e o relatório de **inflação** de setembro, que serão divulgados em breve, poderão dar pistas valiosas sobre a temperatura das atividades e a trajetória dos juros.

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187666?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187666?page=1&section=1)**